



De acordo com a Lei nº 029/2012

DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

SEXTA-FEIRA, 1 DE MARÇO DE 2013

ANO: I

EDIÇÃO Nº: 0006 - 10 Pág(s)

www.santatereza.pr.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI MUNICIPAL Nº 959/2013

Súmula: Dispõe sobre a Regulamentação dos Descontos para Pagamento de Créditos Judiciais contra o Município de Santa Tereza do Oeste, regulamentando o novo valor para Requisição de Pequeno Valor – RPV, descrito nos Parágrafos 3º. e 4º. do art. 100 da Constituição Federal dando nova redação ao parágrafo 1º. do art. 4º. e art. 6º., caput, ambos da Lei Municipal nº. 885/2011; AINDA, dá nova redação ao art. 1º. da Lei Municipal nº. 835/2010 em face da significativa alteração do valor da UFM, dando ainda outras providencias.

O Prefeito Municipal do Município de Santa Tereza do Oeste no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara do Município de Santa Tereza do Oeste, Estado do Paraná aprovou e eu, Amarildo Rigolin, Prefeito do Município sancionei a seguinte lei, de autoria do Poder Executivo Municipal.

Art. 1º - Dá nova redação ao parágrafo 1º do art. 4º da Lei Municipal nº. 885/2011, passando a vigor com o seguinte texto:

“Parágrafo 1º - A obrigação de pequeno valor ou RPV – Requisição de Pequeno Valor, corresponderá ao valor de 50 Unidades Fiscais do Município – UFM;”

Art. 2º - Dá nova redação ao art. 6º da Lei Municipal nº. 885/2011, passando a vigor com o seguinte texto:

“Art. 6º - O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor ou PRV – Requisição de Pequeno Valor, será realizado no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento do ofício requisitório, devendo ser demonstrado o transito em julgado do processo, a respectiva liquidez da obrigação e o competente Ofício Judicial Requisitório.”

Art. 3º - Dá nova redação ao art. 1º da Lei Municipal nº. 835/2010, passando a vigor com o seguinte texto:

“Fica a Fazenda Pública Municipal autorizada a efetuar execuções fiscais somente com valores superiores a 05 (cinco) Unidade Fiscal do Município – UFM devido ao valor das custas processuais”.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga demais legislações em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Tereza do Oeste, Estado do Paraná, em 28 de fevereiro de 2013.


Amarildo Rigolin
Prefeito Municipal